

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 478.944 - SP (2018/0302083-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SERGIO ANDRÉ WEISE CHINEZ - SP311051
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNA CAROLINA LIMA DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PERDA ULTERIOR DO INTERESSE JURÍDICO. WRIT PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNA CAROLINA LIMA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem pleiteada no HC n.º 2086119-03.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante, no dia 14/12/2017, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois foi surpreendida, juntamente com outro agente, na posse de 24,7g de cocaína e 1,8g de maconha, além de R\$ 1.479,40 (mil quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) em espécie. A prisão foi convertida em preventiva (fls. 46-49). Em seguida, foi recebida a denúncia oferecida pela Acusação.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob o argumento de que a prisão cautelar foi decretada sem fundamentação idônea, além da possibilidade da sua conversão em prisão domiciliar por ser mãe de uma menina com quatro meses de idade. A ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (fl. 192):

"HABEAS CORPUS – Tráfico de entorpecentes privilegiado (artigo 33, caput e § 4º, c.c. artigo 40, VI, da Lei n.º 11.343/06) – Pleito de liberdade provisória – Feito sentenciado durante o trâmite do writ – Perda do objeto – Prisão domiciliar com fundamento no artigo 318, V, do CPP. – Ré multirreincidente. Ausência dos pressupostos insculpidos no HC n.º 143.641/SP (STF) Ordem denegada em relação à conversão

Superior Tribunal de Justiça

da prisão preventiva em domiciliar."

Nas razões deste *writ*, alega a Impetrante, em síntese, que não existe perigo para a ordem pública, pois não constam dos autos elementos objetivos que possam atestar que a Paciente, se solta, ofereça tal risco. Argumenta que "*nada impede, portanto, que seja concedida a prisão domiciliar à paciente, a fim de que possa cuidar de seu filho menor de 12 anos de idade*" (fl. 7), nos termos do art. 318, incisos IV e V, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, que a Paciente aguarde o julgamento do recurso de apelação já interposto em liberdade ou, subsidiariamente, seja autorizada a prisão domiciliar.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 302-304).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 371-378).

É o relatório.

Decido.

Em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, constato que sobreveio à presente impetração o julgamento do recurso de apelação interposto pela Paciente, ao qual foi negado provimento, mantendo-se a pena reclusiva de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, no regime inicial fechado, além de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, como incursa no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006. O acórdão transitou em julgado para as Partes, tratando-se, na atual fase, de execução definitiva da pena.

Verifico, portanto, a perda de objeto da presente insurgência, que buscava o reconhecimento da inidoneidade da custódia cautelar da Paciente ou a sua substituição pela prisão domiciliar.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora